

## ENERGIA PECÉM



## PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 08.976.495/0001-09

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (“Companhia” ou “Energia Pecém”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

### 1. Mensagem do Presidente

Em 2014, tivemos um ano desafiador em decorrência do cenário hidrológico, porém marcado pela nossa capacidade de adaptação às necessidades e às mudanças de mercado. Mais do que simplesmente estabelecer metas, trabalhamos para incluir todos em um único projeto, compartilhando responsabilidades e conquistas com todos os níveis da organização. Agradeço aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

### 2. A Companhia

A Energia Pecém é uma usina termelétrica com duas unidades geradoras totalizando uma capacidade instalada de 720 MW, que utiliza carvão importado como combustível e foi construída dentro do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) em São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.

Em 16 de outubro de 2007, no 5º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL, a Energia Pecém vendeu para 32 distribuidoras de energia a totalidade de sua capacidade instalada da primeira fase, 615 MW médios, com o Índice de Custo Benefício de Empreendimentos de Geração Termelétrica (“ICB”) de R\$119,87/MWh (data-base: Novembro de 2014). Isso equivale a um faturamento anual fixo de R\$ 637 milhões (base: dez/14) para contratos com duração de 15 anos, garantindo assim um fluxo de caixa estável para o empreendimento.

Temos o compromisso com o desenvolvimento contínuo, operação e manutenção do empreendimento dentro dos mais altos padrões tecnológicos e socioambientais tendo sido atestados pela aprovação dos pacotes de financiamento de longo prazo do BID e BNDES.

A Companhia tem como acionistas a ENEVA S.A e a EDP - Energias do Brasil S.A., cada um com 50% de participação no empreendimento e não ocorreram alterações no quadro societário da Companhia.

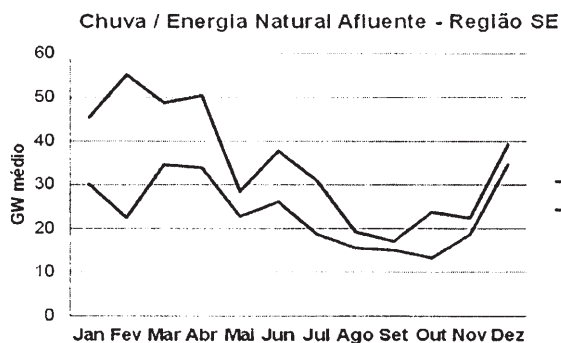
Em 09 de dezembro de 2014, a EDP - Energias do Brasil S.A. (“EDP Brasil”) assinou com a Eneva S.A (“Eneva”) um acordo de compra de ações, com o objetivo de adquirir os 50% do capital total e votante da Companhia detidos pela Eneva, incluindo mútuos e créditos de carvão e energia. O preço de compra a ser pago pela EDP Brasil à Eneva é de R\$ 300 milhões, e deverá ser pago na conclusão da mesma.

Em 19 de fevereiro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou sem restrições a aquisição, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de fevereiro de 2015.

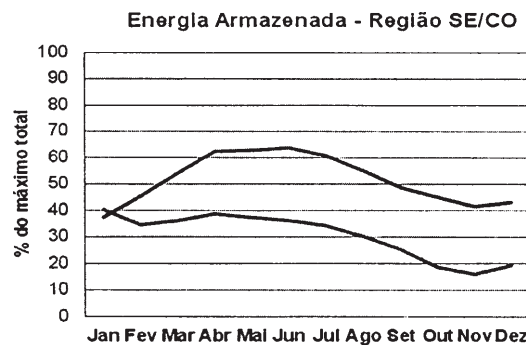
Adicionalmente, a conclusão da transação está sujeita a aprovação prévia pelos bancos financiadores do projeto BNDES, BID e outras medidas de natureza societária e contratuais necessárias a eficácia da transferência do capital acima mencionado.

### 3. Ambiente de negócios

Nos últimos anos, o país tem enfrentado a escassez de chuvas e a consequente baixa no nível dos principais reservatórios do país, que possui uma matriz energética predominantemente hídrica. Em função disto, as usinas hidrelétricas têm gerado abaixo de sua garantia física, o que provoca um déficit mensal entre o volume contratado e o disponível para entrega às distribuidoras, ocasionando em exposição involuntária das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo, cujos custos são determinados pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e o consequente aumento nos preços da energia negociada na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.



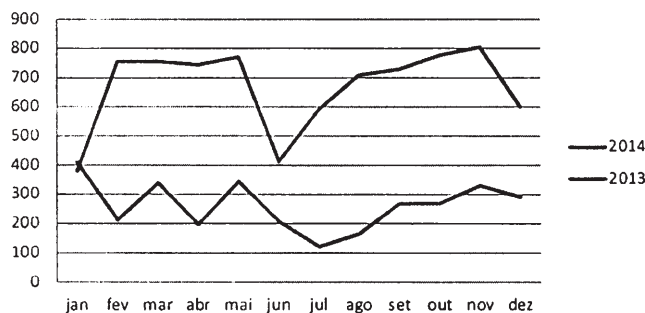
Fonte: ONS



Fonte: ONS

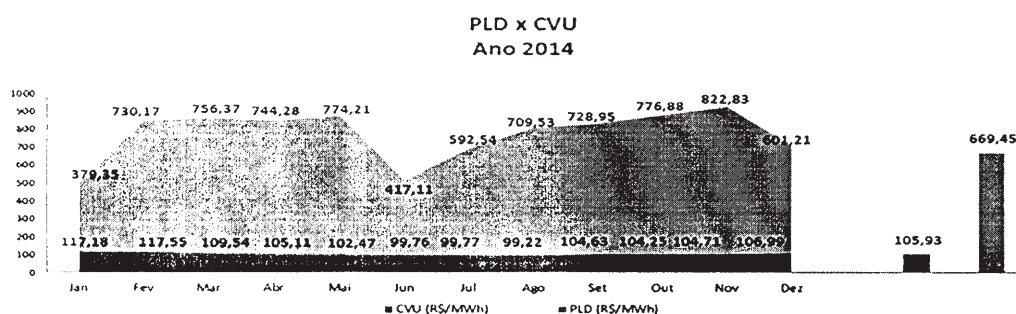
O PLD em níveis elevados ocasiona o despacho por ordem de mérito de usinas termelétricas que apresentem custo variável unitário (CVU) menor do que o custo marginal de operação (base para a formação do PLD semanal). Em 2014, o PLD médio foi de R\$ 669,53/MWh (NE), 154% acima do ano de 2013 (R\$ 263,42/MWh).

### PLD médio NE (R\$/Mwh)

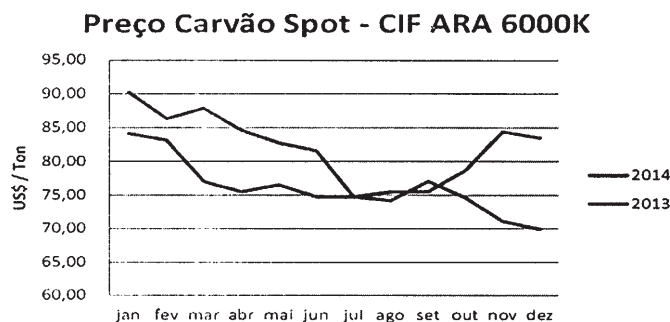


Fonte: CCEE

Em 25 de novembro, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015. Os limites máximo (diminuição de 823 para 388 R\$ / MWh) e mínimo (aumento 16 para 30 R\$ / MWh). A decisão foi o resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n. 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n. 54/2014. O efeito desta medida para a Companhia é a redução dos efeitos financeiros do ressarcimento por indisponibilidade por energia não gerada, já que o mesmo utiliza como métricas de cálculo a diferença entre o PLD x CVU.

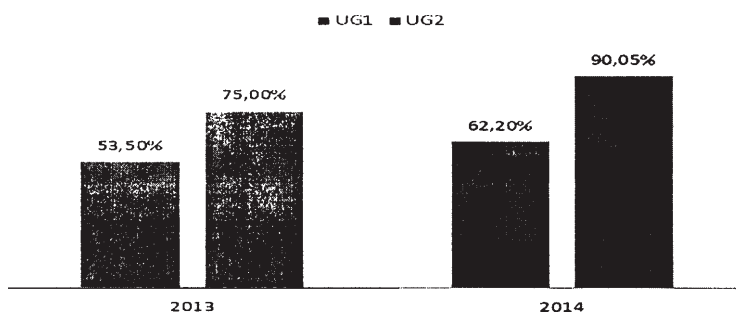


O preço do carvão, principal insumo utilizado na produção de energia, sofreu variação de 8% em relação a 2013 conforme demonstrado a seguir:



#### 4. Desempenho Operacional

Em 2014, a Energia Pecém contou com a operação integral das duas Unidades Geradoras, apresentando disponibilidade média de 76,4%, sendo que a UG01 apresentou disponibilidade de 62,2% e a UG02 de 90,05%.



A baixa disponibilidade da UG01 é resultado do desligamento da unidade em 25 de agosto de 2014. O desligamento em questão ocorreu devido à queima do estator do gerador promovendo a indisponibilidade não programada de 360 MW de geração. A causa raiz ainda está sendo investigada e as causas mais prováveis são defeito de fabricação ou projeto do equipamento. Para ganhar agilidade no retorno da unidade geradora, optou-se pela substituição do gerador por um gerador novo, disponível na fábrica da Siemens nos Estados Unidos. A Companhia possui seguro com cobertura de dano patrimonial e lucro cessante. A Usina acionou a apólice vigente que prevê a possibilidade de ressarcimento de custos pela substituição de equipamentos, e também pela "interrupção de negócios" após o 60º dia. A operação da UG01 foi retomada no dia 20 de novembro. A usina teve duas paradas programadas para manutenção efetuadas durante o ano de 2014, sendo a UG01 em janeiro e a UG02 em agosto.

#### 5. Desempenho Econômico – Financeiro

##### Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)

	2014	2013	%
Receita operacional líquida	1.153.672	984.375	17,2
Gastos não gerenciáveis	(944.554)	(987.814)	-4,4
MArgem Bruta	209.118	(3.439)	n.d.
Gastos gerenciáveis	(299.943)	(218.361)	37,4
EBITDA	45.984	(105.527)	n.d.
Margem EBITDA	4,0%	-10,7%	14,7 p.p.
Resultado financeiro líquido	(281.369)	(205.992)	36,6
LAIR	(372.193)	(427.791)	-13,0
IR e Contribuição Social	135.943	145.449	-6,5
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(236.250)</b>	<b>(282.342)</b>	<b>(16,3)</b>

A receita líquida aumentou 17,2% impactada por: (i) receita fixa, de acordo com o CCEAR; (ii) receita variável referente ao despacho das unidades geradoras; e (iii) receita referente a operação de compra e venda de energia reflexo da revisão do lastro da UTE conforme previsto nas Regras da Comercialização.

Os gastos não gerenciáveis foram impactados, principalmente, pela Energia Comprada para Revenda devido à revisão do lastro da Usina conforme previsto no contrato de concessão, além dos custos com insumos necessários para o despacho da usina.

Outro importante impacto foi a contabilização do pleito da Companhia pela ANEEL em 30 de setembro de 2014, referente ao ressarcimento por indisponibilidade para que a mesma fosse calculada pela média móvel dos 60 meses e que a CCEE recalculasse os ressarcimentos devidos, de forma retroativa, desde o início da operação comercial. O montante contabilizado totalizou R\$ 251,8 milhões (R\$ 234,9 milhões + R\$ 16,9 milhões de atualização monetária).

Adicionalmente e com base no CPC 25, a Companhia contabilizou provisão de ressarcimento por indisponibilidade referente ao montante estimado da expectativa futura de ressarcimento, utilizando a média móvel de disponibilidade dos últimos 60 meses incorridos, no montante de R\$ 260,4 milhões.

No ano, o EBITDA atingiu R\$ 45,9 milhões, melhora de R\$ 151,4 milhões, comparado ao EBITDA negativo de R\$ 105,5 milhões em 2013. O resultado líquido foi de -R\$ 236,2 milhões, melhora de R\$ 46 milhões comparado ao prejuízo de R\$ 282,3 milhões em 2013.

#### 6. Governança Corporativa

O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia de 30 de abril de 2014, é composto por 6 membros, com mandatos de 1 (um) ano estendíveis até a Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015, sendo permitida a reeleição.

A Energia Pecém possui também um Comitê de Auditoria, composto por 3 membros que tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atividades relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e, ainda, na indicação e avaliação da eficácia da auditoria independente. O Comitê é subordinado ao Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia é assessorado também por mais quatro Comitês (Operação e Manutenção - O&M, Comercialização, Regulatório e Pessoas e Remuneração).

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias, e em 31 de dezembro de 2014 estava representado por 1.886.872.262 ações, divididas em razões iguais entre os sócios EDP - Energias do Brasil S.A. e Eneva S.A.

#### 7. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº. 381/2003 informamos que a PriceWaterhouseCoopers ("PWC") presta serviços de auditoria externa para a Energia Pecem relacionados ao exame das demonstrações financeiras e não realizou nenhum outro serviço de consultoria para a Companhia no exercício de 2014.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

#### 8. Balanço Social Modelo IBASE

1 - Base de cálculo		2014 (R\$ Mil)		2013 (R\$ Mil)			
Receita líquida (RL)		1.153.672		984.375			
Resultado operacional (RO)		-236.250		-282.342			
Folha de pagamento bruta (FPB)		31.128		24.104			
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		2.569	8,25%	0,22%	2.141	8,88%	0,22%
Encargos sociais compulsórios		9.486	30,47%	0,82%	6.087	25,25%	0,62%
Previdência privada		282	0,91%	0,02%	22	0,09%	0,00%
Saúde		2.209	7,10%	0,19%	2.047	8,49%	0,21%
Segurança e saúde no trabalho		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação		163	0,52%	0,01%	17	0,07%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.067	3,43%	0,09%	41	0,17%	0,00%
Creches ou auxílio-creche		394	1,27%	0,03%	169	0,70%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados		2.671	8,58%	0,23%	2.840	11,78%	0,29%
Outros		178	0,57%	0,02%	362	1,50%	0,04%
Total-indicadores sociais internos		10.019	61,10%	1,65%	13.726	56,94%	1,39%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação		52.980	-22,43%	4,59%	49.601	-17,57%	5,04%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total contribuições para a sociedade		52.980	-22,43%	4,59%	49.601	-17,57%	5,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)		131.155	-55,52%	11,37%	115.018	-40,74%	11,68%
Total - Indicadores sociais externos		184.135	-77,94%	15,96%	164.619	-58,30%	16,72%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados c/a prod./operação da e		1.981	-0,84%	0,17%	6.029	-2,14%	0,61%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		1.981	-0,84%	0,17%	6.029	-2,14%	0,61%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" p/minimizar resíduos e consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos		(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 10%			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 10%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2014		2013			
Nº de empregados(as) ao final do período		331		280			
Nº de admissões durante o período		104		113			
Nº de empregados terceirizados(as)		15		22			
Nº de estagiários(as)		27		17			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		28		24			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		43		45			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		27,27%		27,27%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		112		74			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		9,00%		4,50%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidade especiais		9		1			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2014 Valor (Mil reais)		Metas 2015			
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa		33,31		29,03			
Número total de acidentes de trabalho		27		23			
Os projetos sociais e ambientais derivados pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as)+ Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as)+ Cipa	
Quanto a liberta sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva a segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela	( ) não são considerados	( ) são seguidos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) serão sofridos	(x) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014:	126.726		Em 2013:	(62.413)		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___% governo ___% acionistas	___% colaboradores(as) ___% terceiros	___% retido	___% governo ___% acionistas	___% colaboradores(as) ___% terceiros	___% retido	
7 - Outras Informações							

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>				<b>LÍQUIDO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	151.690	45.961	<b>Circulante</b>			
Contas a receber - Concessionárias	5	206.565	104.080	Fornecedores	15	212.843	137.769
Impostos e contribuições sociais a recuperar	6	2.738	26.762	Impostos e contribuições sociais a pagar	6	22.621	39.446
Estoques	10	89.333	91.438	Ressarcimento por indisponibilidade	16	222.023	70.591
Cauções e depósitos vinculados	11	-	298	Partes relacionadas	8	-	112.741
Despesas pagas antecipadamente		5.949	-	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	179.536	168.180
Instrumentos financeiros derivativos	17	65.392	31.491	Instrumentos financeiros derivativos	17	37.677	37.050
Outros créditos	14	14.305	22.328	Obrigações estimadas com pessoal	19	8.058	7.317
		<b>535.972</b>	<b>322.358</b>	Encargos regulamentares e setoriais	18	9.092	3.547
<b>Não Circulante</b>				Provisões	20	2.873	3.688
Impostos e contribuições sociais a recuperar	6	4.360	-			<b>694.723</b>	<b>580.329</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	550.176	421.635	<b>Não Circulante</b>			
Partes relacionadas	8	3.084	2.502	Ressarcimento por indisponibilidade	16	158.267	-
Cauções e depósitos vinculados	11	60.867	55.767	Empréstimos e financiamentos	17	1.888.361	1.974.749
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	32.106	Instrumentos financeiros derivativos	17	93.446	91.429
		<b>618.487</b>	<b>512.010</b>	Partes relacionadas	7	817.288	449.330
Imobilizado	12	3.439.603	3.425.065	Provisões	20	4.941	4.533
Intangível	13	1.563	1.417			<b>2.962.303</b>	<b>2.520.041</b>
		<b>3.441.166</b>	<b>3.426.482</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>4.595.625</b>	<b>4.260.850</b>	Capital social	22.1	1.886.872	1.886.872
				Reservas de lucros	22.2	71.312	71.312
				Outros resultados abrangentes	22.3	(73.722)	(88.091)
				Lucros (prejuízos) acumulados		<u>(945.863)</u>	<u>(709.613)</u>
						<b>938.599</b>	<b>1.160.480</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.595.625</b>	<b>4.260.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
<b>Receitas</b>	23	<b>1.153.672</b>	<b>984.375</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Custo com energia elétrica		(253.578)	(398.624)
Energia elétrica comprada para revenda		(58.672)	(54.117)
Encargos de uso da rede elétrica	24	<b>(312.250)</b>	<b>(452.741)</b>
<b>Custo da produção da energia elétrica</b>			
Custo da matéria prima consumida		(397.851)	(290.341)
		<b>(397.851)</b>	<b>(290.341)</b>
<b>Custo de Operação</b>			
Pessoal		(32.420)	(25.100)
Materiais e serviços de terceiros		(109.847)	(44.923)
Depreciações e amortizações		(136.669)	(116.112)
Outros custos de operação		(235.066)	(257.972)
	24	<b>(1.224.103)</b>	<b>(1.187.189)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>(70.431)</b>	<b>(202.814)</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(18.535)	(18.803)
Depreciações e amortizações		(139)	(160)
Outras despesas e receitas operacionais	24	<b>(20.393)</b>	<b>(18.985)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>(90.824)</b>	<b>(221.799)</b>
Receitas financeiras		27.508	2.878
Despesas financeiras		(308.877)	(208.870)
<b>Resultado financeiro</b>	25	<b>(281.369)</b>	<b>(205.992)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(372.193)</b>	<b>(427.791)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		135.943	145.449
		<b>135.943</b>	<b>145.449</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(236.250)</b>	<b>(282.342)</b>
<b>Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$</b>		<b>(125,21)</b>	<b>(159,49)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(236.250)	(282.342)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros de hedge (Nota 27.2)	21.771	34.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.402)	(11.723)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(221.881)</b>	<b>(259.585)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(372.193)	(427.791)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	136.808	116.272
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	38.088	26.058
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	247.593	130.943
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	12.011	6.477
	<b>62.307</b>	<b>(148.041)</b>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(102.480)	149.304
Impostos e contribuições sociais compensáveis	19.664	24.986
Estoques	50.249	44.912
Cauções e depósitos vinculados	(4.802)	(54.767)
Despesas pagas antecipadamente	(5.949)	346
Outros ativos operacionais	8.019	(8.028)
	<b>(35.299)</b>	<b>156.753</b>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	75.074	12.508
Outros tributos e contribuições sociais	(16.825)	32.698
Obrigações estimadas com pessoal	741	2.327
Encargos regulamentares e setoriais	(6.466)	(3.169)
Provisões	(407)	(1.727)
Outros passivos operacionais	309.699	57.627
	<b>361.816</b>	<b>100.264</b>
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>388.824</b>	<b>108.976</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(199.636)	(227.011)
Partes relacionadas	(582)	(2.074)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(200.218)</b>	<b>(229.085)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	217.129	269.034
Aumento de capital		197.200
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(166.456)	(158.419)
Pagamento de Encargos de dívidas	(133.550)	(142.471)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(82.877)</b>	<b>165.344</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>105.729</b>	<b>45.235</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	151.690	45.961
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	45.961	726
	<b>105.729</b>	<b>45.235</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>1.689.672</b>	<b>3.566</b>	<b>67.746</b>	<b>(427.271)</b>	<b>(110.848)</b>	<b>1.222.865</b>
Aumento de capital - AGE de 28/03/2013	110.000	-	-	-	-	110.000
Aumento de capital - AGE de 28/06/2013	56.000	-	-	-	-	56.000
Aumento de capital - AGE de 30/09/2013	16.000	-	-	-	-	16.000
Aumento de capital - AGE de 31/12/2013	15.200	-	-	-	-	15.200
Prejuízo do exercício	-	-	-	(282.342)	-	(282.342)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxos de caixa	-	-	-	-	34.480	34.480
IR/CS Diferido	-	-	-	-	(11.723)	(11.723)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.886.872</b>	<b>3.566</b>	<b>67.746</b>	<b>(709.613)</b>	<b>(88.091)</b>	<b>1.160.480</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(236.250)	-	(236.250)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxos de caixa	-	-	-	-	21.771	21.771
IR/CS Diferido	-	-	-	-	(7.402)	(7.402)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.886.872</b>	<b>3.566</b>	<b>67.746</b>	<b>(945.863)</b>	<b>(73.722)</b>	<b>938.599</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto operacional**

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "Energia Pecém") possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém ("CIPP"), Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720 MW(\*). Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, conforme Portaria nº 226, de 27 de junho de 2008, do Ministério de Minas e Energia.

Em 16 de outubro de 2007, a Energia Pecém vendeu 615 MW no leilão A-5, realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), com prazo de fornecimento de 15 anos. Estas vendas foram homologadas pela ANEEL na referida data.

A primeira unidade geradora da Energia Pecém começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que em 1º de dezembro de 2012 foi recebida autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial de sua primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW(\*). A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MW(\*), ficando a Companhia responsável por recompor este lastro, porém em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena de 360 MW(\*).

Em 10 de julho de 2009, os controladores da Energia Pecém assinaram contratos de financiamento de longo prazo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para implantação da usina termelétrica.

O pacote de financiamento do empreendimento foi aprovado após um processo de "due diligence", que cobriu, entre outros, os aspectos técnico, ambiental, social e econômico-financeiro do projeto. Na estruturação dos financiamentos junto ao BID e BNDES, o Citibank atuou como "advisor" do empreendimento.

A Energia Pecém obteve alguns benefícios fiscais e regimes de tributação diferenciados que a seguir estão listados:

- Suspensão de PIS e COFINS sobre os bens destinados ao ativo fixo através da habilitação da Companhia e da co-habilitação do consórcio de EPC no REIDI (programa de aceleração econômica do Governo Federal) através do Ato Declaratório Executivo 68, de 29 de outubro de 2008;
- Diminuição do custo com o consórcio de EPC através da não-cumulatividade do ISS, onde a Companhia não terá que pagar o tributo das fases iniciais da cadeia;
- Redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre o carvão, com a diminuição da carga tributária de 17% para 7% e posteriormente com a publicação do Decreto nº 31.297, de 09 de outubro de 2013, nova redução para a alíquota de 4%.
- Diferimento do ICMS sobre os bens adquiridos no exterior que forem integrar o ativo permanente e sobre o diferencial de alíquota das aquisições interestaduais; e
- Isonomia do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante - AFRMM e do IOF nas operações de câmbio realizadas para pagamentos de bens importados.

**1.1. Licenças Ambientais**

Em 28 de dezembro de 2012, a Energia Pecém obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará ("SEMACE"), a Licença de Operação nº 1.062/2012 (renovação), com validade até 28 de dezembro de 2015, para a construção e operação da UTE a carvão mineral pulverizado com geração de 720 MW(\*) de energia no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará.

**1.2. Resolução CNPE 03/2013**

A Resolução CNPE nº 03/2013 estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, tendo alterado os procedimentos de cálculo e rateio do Encargo de Serviço do Sistema por razão de segurança energética (ESS - SE), de que trata o disposto no art. 59 do decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a partir de março de 2013.

Em 07 de junho de 2013, o Tribunal Regional Federal confirmou a decisão da liminar que desonerou os associados da APINE, ABRAGEEL e ABRACEEL do rateio do custo do despacho adicional de recurso energético de usina termelétrica. Para os demais agentes do mercado a eficácia dos arts. 2º e 3º da Resolução CNPE 03/2013 foi mantida.

(\*) informações não auditadas

**1.3. Capital circulante líquido**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 158.751. A Companhia entende que a geração de caixa da operação será suficiente para equalizar o capital circulante líquido.

**2. Base de preparação e práticas contábeis**
**2.1. Base de preparação**
**2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada pela Administração em **27 de fevereiro de 2015**, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

**2.1.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

**2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional Real. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2. Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em

períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota 7); Recuperação dos ativos (*impairment*) (nota 12); Provisão para Ressarcimento por indisponibilidade (nota 16); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 27); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 20); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (nota 20).

### 2.3. Redução ao valor recuperável

#### • Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de perda no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### • Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### 3. Eventos significativos no período

#### 3.1. Ressarcimento por indisponibilidade superior à utilizada no cálculo da Garantia Física - Porto do Pecém

Em 09 de abril de 2013 foi protocolado na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pleito para o cumprimento da Subcláusula nº 6.2.1 dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs firmados no âmbito do Leilão nº 01/2007. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE está cobrando ressarcimentos pelo não atendimento ao despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS na capacidade plena da usina. Estes ressarcimentos vêm sendo cobrados desde dezembro de 2012, data em que a Unidade Geradora 01 entrou em operação comercial. A Companhia entende que a apuração estava sendo realizada em desacordo com os CCEARs celebrados. Tais ressarcimentos estavam sendo apurados em base horária, ao invés de se utilizar um período de 60 meses, única regra disponível na época do Leilão.

Em 07 de janeiro de 2014, a Companhia ingressou com Ação Judicial com pedido de Tutela Antecipada para que a ANEEL se abstivesse de aplicar a regra de verificação de indisponibilidade a UTE Porto do Pecém I em base horária.

Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia obteve a Tutela Antecipada que suspendeu a aplicação do cálculo de indisponibilidade da UTE Porto do Pecém I em base horária e determinou que fossem efetuados com base na média dos últimos 60 meses.

Em 07 de agosto de 2014 foi proferida sentença judicial pelo Juiz da 15ª Vara Federal do Distrito Federal ratificando os termos da Tutela Antecipada, determinando a suspensão do cálculo dos custos de indisponibilidade em base horária e a aplicação da média dos últimos 60 meses.

Em 30 de setembro de 2014, por meio do Despacho nº 4.002, de 30 de setembro de 2014, a ANEEL aprovou o pleito da Companhia e determinou que a CCEE recalcule os ressarcimentos devidos pela empresa desde o início da operação comercial de suas unidades geradoras.

Em 31 de outubro de 2014 a CCEE efetuou o recálculo e a Companhia teve direito ao recebimento do montante de R\$ 251.824, sendo R\$ 234.915 relativo aos valores pagos a maior pela sistemática anterior e R\$ 16.909 em atualização monetária a este valor. Os valores já foram integralmente recebidos.

#### 3.2. Desligamento intepetivo da unidade geradora UG1 da UTE Porto do Pecém I

Em 25 de agosto de 2014 houve o desligamento intepetivo da unidade geradora UG01 decorrente da queima do estator de seu gerador, promovendo a indisponibilidade não programada de 360MW de geração. A solução para o problema consistiu na substituição integral do equipamento, com o objetivo de reduzir o tempo de parada e aumentar a confiabilidade de operação. A avaliação e solução dos danos foram executados pelas equipes de operações da Companhia e pelos técnicos especializados da Siemens, fabricante do gerador, em parceria com técnicos da ENEVA e EDP. A UG1 iniciou o processo de restart em 11 de novembro de 2014 ainda em período de testes e em 20 de novembro de 2014 a unidade foi novamente sincronizada ao SIN retomando os 360MW de geração com sucesso.

O investimento para substituição do gerador no montante de R\$ 96.939 (em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica de Imobilizado (Nota 12) será coberto pelo seguro de dano patrimonial vigente. A paralisação da UG01 durante o período de 87 dias será coberto pelo lucro cessante após o 60º dia e impactará o cálculo do ressarcimento por indisponibilidade a partir de 2016 pelo período de 60 meses. A perda estimada durante o período de parada está reconhecida na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade (Nota 16). O processo de avaliação do sinistro e ressarcimento está em andamento junto a seguradora.

#### 3.3. Aquisição pela EDP - Energias do Brasil S.A. da totalidade da participação da Eneva S.A.

Em 09 de dezembro de 2014, a EDP - Energias do Brasil S.A. ("EDP Brasil") assinou com a Eneva S.A. ("Eneva") um acordo de compra de ações, com o objetivo de adquirir os 50% do capital total e votante da Companhia, detidos pela Eneva, incluindo mútuos e créditos de carvão e energia.

O preço de compra a ser pago pela EDP Brasil à Eneva pela compra é de R\$ 300 milhões, e deverá ser pago na conclusão da mesma. Adicionalmente, a conclusão da transação está sujeita a aprovação prévia pelos bancos financiadores do projeto BNDES, BID, e outras medidas de natureza societária e contratual necessárias a eficácia da transferência do capital acima mencionado.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	33.382	25.588
Aplicações financeiras - CDI	118.308	20.373
Total	151.690	45.961

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários que obtiveram em 2014 rentabilidade média de 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

O acréscimo no montante de R\$ 105.729 no exercício refere-se basicamente ao recebimento dos valores de ressarcimento por indisponibilidade a partir de 10 de novembro de 2014 (nota 3.2).

#### 5. Contas a receber - Concessionárias

	Saldos a Vencer	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2014	Saldo líquido em 31/12/2013
Suprimento de energia elétrica	156.048		156.048	102.000
Energia de curto prazo	50.517	-	50.517	2.080
	206.565	-	206.565	104.080
Total Circulante	206.565	-	206.565	104.080

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidades da usina, assinados com 32 distribuidoras e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A).

(ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias, que hoje é representado por recebíveis 100% de curto prazo. A Administração da Companhia entende ser desnecessária a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa dado que não há nenhum faturamento vencido e por atuar no mercado regulado pela ANEEL.

O recebimento ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, sendo: (i) primeiro vencimento até o dia 20 do mês subsequente; (ii) segundo vencimento até 30 do mês subsequente; e (iii) terceiro vencimento até o dia 10 do segundo mês subsequente. Considerando que os recebíveis possuem vencimento máximo em 40 dias, a Administração entende não ser necessário efetuar ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

A variação no montante de R\$ 102.485 no exercício refere-se basicamente ao maior volume de energia produzida no período, ao reajuste anual dos contratos pelo IPC-A e ao maior montante de energia comercializada na CCEE.

## 6. Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Adiantamento s/ Pagamentos	Compen- sação de Tributos	Saldo em 31/12/2014
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	18.858	2.350	283	-	(19.101)	2.390
ICMS	2	324	-	-	(326)	-
PIS e COFINS	6.991	74.749	-	-	(77.380)	4.360
Outros	911	43	13	-	(619)	348
Total	<u>26.762</u>	<u>77.466</u>	<u>296</u>	<u>-</u>	<u>(97.426)</u>	<u>7.098</u>
Passivo - a recolher						
ICMS sobre diferencial de alíquota	186	1.868	-	(1.958)	-	96
ICMS	5.953	12.118	-	(15.507)	(328)	2.236
PIS e COFINS	18.155	174.039	-	(63.147)	(123.373)	5.674
ISS	8.976	6.482	-	(12.455)	-	3.003
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	125	2.756	-	(1.817)	(571)	493
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	48	4.275	-	(3.918)	(315)	90
Outros	6.003	19.173	-	(14.088)	(59)	11.029
Total	<u>39.446</u>	<u>220.711</u>	<u>-</u>	<u>(112.890)</u>	<u>(124.646)</u>	<u>22.621</u>

## 7. Impostos e contribuições sociais diferidos

Natureza dos Créditos	Ativo Não Circulante			Resultado			
	31/12/2014	31/12/2013		2014	2013		
	Base de Cálculo	IR	CS	Total	Total	IR/CS	IR/CS
Prejuízos fiscais	1.299.809	324.952	-	324.952	295.030	39.721	125.320
Base negativa da contribuição social	1.299.809	-	116.983	116.983	106.211	14.299	45.115
		<u>324.952</u>	<u>116.983</u>	<u>441.935</u>	<u>401.241</u>	<u>54.020</u>	<u>170.435</u>
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	105	26	9	35	-	32	-
Ressarcimento por indisponibilidade	260.442	65.111	23.440	88.551	-	88.551	-
Total diferenças temporárias		<u>65.137</u>	<u>23.449</u>	<u>88.586</u>	<u>-</u>	<u>88.583</u>	<u>-</u>
Diferenças temporárias - RTT							
Licenças ambientais - CPC 25	267	67	24	91	-	7	-
Desmantelamentos - CPC 25	811	203	73	276	-	12	-
Instrumentos financeiros - CPC 39	56.730	14.183	5.106	19.288	20.394	(6.679)	(24.986)
Total diferenças temporárias - RTT		<u>14.452</u>	<u>5.203</u>	<u>19.655</u>	<u>20.394</u>	<u>(6.660)</u>	<u>(24.986)</u>
Total Ativos Diferidos		<u>404.541</u>	<u>145.635</u>	<u>550.176</u>	<u>421.635</u>	<u>135.943</u>	<u>145.449</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2014, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com as melhores práticas adotadas no Brasil, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2017	2018	2019	2020 a 2022	Após 2022	Não circulante
28.468	40.582	53.515	173.181	254.430	550.176

## 8. Partes relacionadas

Contraparte	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado RS/MWh 31/12/2014	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12 2014	31/12 2013	31/12 2014	31/12 2013	2014	2013
<b>Concessionárias</b>										
Bandeirante Energia S/A	Suprimento de Energia Elétrica	27/08/2008	27/08/2008 a 31/12/2026	Receita Fixa + CVU	4.702	3.445	-	-	36.006	30.168
Espirito Santo Centrais Elétricas S/A	Suprimento de Energia Elétrica	27/08/2008	01/01/2012 a 31/12/2026	Receita Fixa + CVU	2.901	2.125	-	-	22.230	18.543
					<u>7.604</u>	<u>5.571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.236</u>	<u>48.710</u>
<b>Partes relacionadas</b>										
MPX Pecém II	Uso Compartilhado de Ativos	11/07/2011	Indeterminado	-	3.053	2.502	-	-	19.987	3.630
Parnaíba II Geração de Energia S/A	Saída de Mercadorias do Estoque	28/08/2014	Indeterminado	-	2	-	-	-	-	-
Itaqui Geração de Energia S/A	Venda de Ativo Imobilizado	01/05/2014	Indeterminado	-	29	-	-	-	723	-
MPX Comercializadora de Energia S/A	Compra de Energia Elétrica	04/04/2013	01/03/2013 a 31/03/2013	366,61	-	-	-	-	-	(37.129)
	Compra de Energia Elétrica	09/04/2013	01/03/2013 a 31/03/2013	361,75	-	-	-	-	-	(1.592)
	Compra de Energia Elétrica	22/04/2013	01/04/2013 a 30/04/2013	232,38	-	-	-	-	-	(8.230)

## 8. Partes relacionadas

Contraparte	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh 31/12/2014	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12 2014	31/12 2013	31/12 2014	31/12 2013	2014	2013
MPX Comercializadora de Energia S/A	Compra de Energia Elétrica	14/05/2013	01/05/2013 a 31/05/2013	379,94	-	-	26.335	23.653	(2.683)	(19.240)
	Compra de Energia Elétrica	02/10/2013	01/09/2013 a 30/09/2013	274,60	-	-	-	-	-	(751)
	Compra de Energia Elétrica	28/10/2013	01/10/2013 a 31/10/2013	274,89	-	-	1.212	1.068	(143)	(822)
	Compra de Energia Elétrica	07/02/2014	01/02/2014 a 28/02/2014	379,35	-	-	-	-	(6.560)	-
	Compra de Energia Elétrica	10/03/2014	01/03/2014 a 31/03/2014	735,90	-	-	-	-	(5.755)	-
	Compra de Energia Elétrica	28/03/2014	01/03/2014 a 31/03/2014	755,90	-	-	-	-	(5.912)	-
Eneva S.A.	Mútuo	24/09/2012	Indeterminado	-	-	-	181.231	164.643	(19.049)	(13.029)
EDP Comercialização e Serviço de Energia S/A	Compra de Energia Elétrica	01/01/2013	01/01/2013 a 31/01/2013	430,76	-	-	-	-	-	(29.732)
	Compra de Energia Elétrica	01/02/2013	01/02/2013 a 28/02/2013	241,20	-	-	-	-	-	(30.276)
	Compra de Energia Elétrica	01/02/2013	01/02/2013 a 28/02/2013	243,30	-	-	-	-	-	(14.635)
	Compra de Energia Elétrica	01/03/2013	01/03/2013 a 31/03/2013	396,87	-	-	45.409	45.409	-	(41.209)
	Compra de Energia Elétrica	01/03/2013	01/03/2013 a 31/03/2013	361,84	-	-	-	-	-	(1.593)
	Compra de Energia Elétrica	01/04/2013	01/04/2013 a 30/04/2013	247,95	-	-	42.381	42.381	-	(38.460)
	Compra de Energia Elétrica	01/04/2013	01/04/2013 a 30/04/2013	247,95	-	-	703	703	-	(638)
	Compra de Energia Elétrica	01/05/2013	01/05/2013 a 31/05/2013	396,75	-	-	18.546	18.546	-	(16.831)
	Compra de Energia Elétrica	01/06/2013	01/06/2013 a 30/06/2013	231,88	-	-	272	272	-	(9.745)
	Compra de Energia Elétrica	01/07/2013	01/07/2013 a 31/07/2013	144,08	-	-	897	897	-	(25)
	Compra de Energia Elétrica	01/09/2013	01/09/2013 a 30/09/2013	279,17	-	-	841	841	-	(840)
	Compra de Energia Elétrica	01/10/2013	01/10/2013 a 31/10/2013	276,42	-	-	860	860	-	(780)
	Compra de Energia Elétrica	01/11/2013	01/11/2013 a 30/11/2013	334,07	-	-	1.007	1.007	-	-
	Compra de Energia Elétrica	01/12/2013	01/12/2013 a 31/12/2013	292,80	-	-	1.824	1.824	-	(1.824)
	Compra de Energia Elétrica	07/03/2014	01/02/2014 a 28/02/2014	735,90	-	-	-	-	(5.755)	-
	Compra de Energia Elétrica	07/03/2014	01/02/2014 a 28/02/2014	755,90	-	-	-	-	(5.912)	-
	Compra de Energia Elétrica	03/04/2014	01/03/2014 a 31/03/2014	756,37	-	-	18.153	-	(20.653)	-
	Compra de Energia Elétrica	08/05/2014	01/04/2014 a 30/04/2014	744,28	-	-	25.807	-	(25.807)	-
	Compra de Energia Elétrica	05/06/2014	01/05/2014 a 31/05/2014	774,21	-	-	27.817	-	(27.817)	-
	Compra de Energia Elétrica	07/07/2014	01/06/2014 a 30/06/2014	413,60	-	-	-	-	(14.341)	-



## 8. Partes relacionadas

Contraparte	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado RS/MWh 31/12/2014	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício			
					31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013		
EDP Comercialização e Serviço de Energia S/A	Compra de Energia Elétrica	05/08/2014	01/07/2014 a 31/07/2014	592,54	-	-	11.500	-	(21.230)	-		
	Compra de Energia Elétrica	05/09/2014	01/08/2014 a 31/08/2014	714,53	-	-	25.601	-	(25.601)	-		
	Compra de Energia Elétrica	08/10/2014	01/09/2014 a 30/09/2014	728,95	-	-	-	-	(25.276)	-		
	Compra de Energia Elétrica	06/11/2014	01/10/2014 a 31/10/2014	776,88	-	-	-	-	(27.799)	-		
	Compra de Energia Elétrica	31/12/2014	01/10/2014 a 31/10/2014	800,00	-	-	153	-	(27.898)	-		
	Compra de Energia Elétrica	31/12/2014	01/12/2014 a 31/12/2014	582,21	-	-	20.861	-	(20.861)	-		
EDP Energias do Brasil S/A	Mútuo	24/09/2012	Indeterminado	-	-	-	181.231	164.643	(19.049)	(13.029)		
Eneva S/A	Assunção de Dívida	04/12/2013	Indeterminado	-	-	-	180.509	94.106	-	(823)		
EBX Holding Ltda	Serviço Compartilhado	01/05/2009	Indeterminado	-	-	-	70	70	-	(310)		
Itaqui Geração de Energia S/A	Compra de Energia	02/12/2013	Indeterminado	334,07	-	-	2.078	1.007	(564)	(914)		
Pecém Operação e Manutenção de	Serviços de Administr. em Geral c/Fornecim. de mão de obra	02/12/2013	Indeterminado	-	-	-	938	-	(3.257)	(335)		
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S/A	Serviços de Operação Portuária Desembarque e transporte de Carvão	01/11/2011	01/11/2011 a 30/06/2016	-	-	-	1.052	140	(3.603)	(2.151)		
							<u>3.084</u>	<u>2.502</u>	<u>817.288</u>	<u>562.071</u>	<u>(294.815)</u>	<u>(281.312)</u>
<b>Outras Contas a Pagar</b>												
Bandeirante Energia S/A	Ressarcimento por indisponibilidade	27/08/2008	27/08/2008 a 31/12/2026	PLD	-	-	10.823	1.619	(10.572)	(8.541)		
Espirito Santo Centrais Elétricas S/A	Ressarcimento por indisponibilidade	27/08/2008	01/01/2012 a 31/12/2026	PLD	-	-	6.234	999	(5.706)	(5.273)		
					-	-	17.057	2.618	(16.278)	(13.814)		
					<u>10.688</u>	<u>8.072</u>	<u>834.345</u>	<u>564.689</u>	<u>(252.856)</u>	<u>(246.416)</u>		

## 9. Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Apenas os membros da diretoria são remunerados. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

**Remuneração do pessoal - chave da Administração:**

Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados

**10. Estoques**

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Matéria Prima - Carvão	20.404	78.761
Matéria Prima - Óleo Diesel	2.272	3.304
Matéria Prima - Cal	925	1.004
Material de almoxarifado	17.266	7.400
Materiais em reparo	48.144	-
Outros	322	969
Total	<u>89.333</u>	<u>91.438</u>

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O saldo na rubrica de Materiais em reparo refere-se ao gerador danificado que, devido ao incidente ocorrido (nota 3.2), foi transferido da rubrica de Imobilizado (nota 12) para esta rubrica, e está aguardando por decisão da Administração sobre o reparo do equipamento.

**11. Cauções e depósitos vinculados**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais	-	298	320	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	60.547	55.767
Total	-	<u>298</u>	<u>60.867</u>	<u>55.767</u>

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 09 de Julho de 2009 com o BNDES, constituída como parte das garantias desse contrato conforme especificado no item (ii) da nota 17.

**12. Imobilizado**

São registrados em Imobilizado todos os ativos tangíveis. São contabilizados pelo: i) custos de aquisição, acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra; ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração; iii) os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso; iv) pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado; e v) deduzidos da depreciação acumulada e perdas na redução ao valor recuperável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas termelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. A administração entende que essas taxas refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos da companhia.

Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como nos contratos de geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período de autorização do Poder Concedente. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

	31/12/2014				31/12/2013			
	Taxa anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,27 a 5,3	1.659.736	(64.096)	1.595.640	3,27 a 5,3	1.716.091	(56.286)	1.659.805
Máquinas e equipamentos	3,27 a 10	1.684.315	(72.345)	1.611.970	3,27 a 10	1.812.827	(64.113)	1.748.714
Veículos	20,00	779	(76)	703	20,00	493	(273)	220
Móveis e utensílios	10,00	979	(99)	880	10,00	972	(191)	781
		<u>3.345.809</u>	<u>(136.616)</u>	<u>3.209.193</u>		<u>3.530.383</u>	<u>(120.863)</u>	<u>3.409.520</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>3.345.809</u>	<u>(136.616)</u>	<u>3.209.193</u>		<u>3.530.383</u>	<u>(120.863)</u>	<u>3.409.520</u>
Imobilizado em curso								
Geração		230.410	-	230.410		15.545	-	15.545
Total do Imobilizado em curso		<u>230.410</u>	<u>-</u>	<u>230.410</u>		<u>15.545</u>	<u>-</u>	<u>15.545</u>
Total imobilizado		<u>3.576.219</u>	<u>(136.616)</u>	<u>3.439.603</u>		<u>3.545.928</u>	<u>(120.863)</u>	<u>3.425.065</u>

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2012		Transferência para imobilizado em serviço		31/12/2014	
	Valor líquido	Ingressos	Depreciação	Baixas	Valor líquido	
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.659.805	(283)	214	-	1.595.640	
Máquinas e equipamentos	1.748.714	2.487	(18.742)	(48.144)	1.611.970	
Veículos	220	411	148	-	703	
Móveis e utensílios	781	198	-	(99)	880	
Total do imobilizado em serviço	<u>3.409.520</u>	<u>2.813</u>	<u>(18.380)</u>	<u>(48.144)</u>	<u>3.209.193</u>	
Imobilizado em curso	15.545	196.485	18.380	-	230.410	
Total do imobilizado	<u>3.425.065</u>	<u>199.298</u>	<u>-</u>	<u>(136.616)</u>	<u>3.439.603</u>	

Para o exercício de 2014, devido ao incidente ocorrido com a unidade geradora 1 e a sua substituição, houve indicação de que o ativo tenha sofrido desvalorização ou de que não seria recuperável por meio dos resultados obtidos de sua realização. Dessa forma, a Administração efetuou o teste de impairment para todos os seus ativos, e chegou a conclusão de que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

As adições no exercício no montante de R\$ 196.485 referem-se basicamente a finalização das instalações e obras do empreendimento no montante de R\$ 60.123 e aos investimentos necessários para a substituição do gerador danificado da UG1 no montante de R\$ 96.939 (Nota 3.2). A baixa registrada no montante de R\$ 48.144 refere-se a remoção do gerador danificado, e foi registrado em contrapartida a rubrica de Estoques - Material em Reparo pois o equipamento está em processo de avaliação junto a seguradora sobre possível reparo dos danos.

### 13. Intangível

Os intangíveis compreendem:

- *Softwares* : são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são avaliados anualmente para fins de imparidade.

Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como nos contratos de geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período de autorização do Poder Concedente.

	31/12/2014				31/12/2013			
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração		854	-	854		854	-	854
Servidão permanente		854	-	854		854	-	854
Administração								
Software	20,00	902	(193)	709	20,00	728	(165)	563
		<u>902</u>	<u>(193)</u>	<u>709</u>		<u>728</u>	<u>(165)</u>	<u>563</u>
Total intangível		<u>1.756</u>	<u>(193)</u>	<u>1.563</u>		<u>1.582</u>	<u>(165)</u>	<u>1.417</u>

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	31/12/2013		Transferência para Intangível em serviço		31/12/2014	
	Valor líquido	Ingressos	Amortização	Baixas	Valor líquido	
Intangível em serviço						
Software	563	339	-	(193)	709	
Servidão permanente	854	-	-	-	854	
Total intangível	<u>1.417</u>	<u>339</u>	<u>-</u>	<u>(193)</u>	<u>1.563</u>	

### 14. Outros Créditos

	Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	59	348
Adiantamentos a fornecedores	13.652	21.980
Pesquisa e desenvolvimento	542	-
Outros	52	-
Total	<u>14.305</u>	<u>22.328</u>

### 15. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento de energia elétrica	45.914	44.728
Materiais e serviços	166.929	93.041
Total	<u>212.843</u>	<u>137.769</u>

Os saldos de Fornecedores possuem giro constante, desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

**16. Ressarcimento por indisponibilidade**

O saldo da rubrica Concessionárias - Ressarcimento por Indisponibilidade no montante de R\$ 222.023 no circulante e R\$ 158.267 no não circulante em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 70.591 no circulante em 31 de dezembro de 2013) refere-se a valores registrados conforme relatórios mensais de faturamento emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, devido a períodos de indisponibilidade da usina enquanto estava despachada pela ONS - Operador Nacional do Sistema. A metodologia de apuração destes valores vinha sendo questionada pela Companhia junto a ANEEL, o que ocasionou ação judicial para interrupção da sistemática de cobrança pelo fator horário, e em 24 de janeiro de 2014, a Companhia obteve a Tutela Antecipada que suspendeu a aplicação do cálculo de indisponibilidade da UTE Porto do Pecém I em base horária e determinou que fossem efetuados com base na média dos últimos 60 meses (Nota 3.1). Desde então, a Companhia passou a reconhecer como provisão em seu balanço do montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel dos últimos 60 meses incorridos.

**17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Instrumentos financeiros derivativos****17.1. Composição dos empréstimos**

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vencimento	Utilização	Covenants	31/12/2014				31/12/2013				
							Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	
<b>Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida</b>															
<b>Moeda estrangeira</b>															
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento															
	USD 327 milhões	10/07/2009	USD 319,7 milhões	15/05/2026	(1)	(3)	Libor + 3% a.a. a 3,50% a.a.	3.148	57.984	665.867	726.999	3.140	46.905	638.391	688.436
(-) Custo de Captação								-	(3.247)	(14.616)	(17.863)	-	(3.478)	(17.863)	(21.341)
								<u>3.148</u>	<u>54.737</u>	<u>651.251</u>	<u>709.136</u>	<u>3.140</u>	<u>43.427</u>	<u>620.528</u>	<u>667.095</u>
<b>Moeda nacional</b>															
BNDES															
	R\$ 1,410 bilhão	09/07/2009	R\$ 1,402 bilhão	15/06/2026	(1)	(3)	TJLP + 2,77% a.a.	4.539	118.472	1.243.954	1.366.965	4.624	118.472	1.362.425	1.485.521
(-) Custo de Transação								-	(1.360)	(6.844)	(8.204)	-	(1.483)	(8.204)	(9.687)
								<u>4.539</u>	<u>117.112</u>	<u>1.237.110</u>	<u>1.358.761</u>	<u>4.624</u>	<u>116.989</u>	<u>1.354.221</u>	<u>1.475.834</u>
								<u>7.687</u>	<u>171.849</u>	<u>1.888.361</u>	<u>2.067.897</u>	<u>7.764</u>	<u>160.416</u>	<u>1.974.749</u>	<u>2.142.929</u>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>															
<b>Ativo - NDF</b>															
Citibank															
					(2)			-	(18.480)	-	(18.480)	-	(10.205)	(11.121)	(21.326)
BTG Pactual															
					(2)			-	(31.554)	-	(31.554)	-	(10.246)	(20.985)	(31.231)
Goldman Sachs															
					(2)			-	(15.358)	-	(15.358)	-	(11.040)	-	(11.040)
								-	(65.392)	-	(65.392)	-	(31.491)	(32.106)	(63.597)
<b>Passivo - Swap Libor</b>															
Citibank															
					(2)			-	37.677	93.446	131.123	-	37.050	91.429	128.479
								-	37.677	93.446	131.123	-	37.050	91.429	128.479
								-	(27.715)	93.446	65.731	-	5.559	59.323	64.882
								<u>7.687</u>	<u>144.134</u>	<u>1.981.807</u>	<u>2.133.628</u>	<u>7.764</u>	<u>165.975</u>	<u>2.034.072</u>	<u>2.207.811</u>

(1) Implantação da Usina Termoelétrica Pecém I.

(2) Hedge frente ao financiamento do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento (vide Nota 27.2)

(3) *Debt to Equity Ratio* não deve ultrapassar a proporção 75%:25%

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de swap foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

**17.2. Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):**

	Tipo de moeda		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2015	121.651	30.170	151.821
	121.651	30.170	151.821
Não circulante			
2016	117.235	88.352	205.587
2017	117.358	85.166	202.524
2018	117.481	86.225	203.706
2019	117.604	88.485	206.089
2020	117.728	91.729	209.457
2021 até 2026	649.704	304.740	954.444
<b>Total</b>	<b>1.237.110</b>	<b>744.697</b>	<b>1.981.807</b>
	<u>1.358.761</u>	<u>774.867</u>	<u>2.133.628</u>

**17.3. Garantias e obrigações:**

A Companhia celebrou Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos onde cede e transfere de forma irrevogável, irretroatável e em caráter fiduciário ao BNDES e BID, na medida em que permitido na lei aplicável, a propriedade fiduciária e a posse indireta de:

- i) Todos os direitos e créditos da Devedora oriundos de cada instrumento, bem como quaisquer direitos de indenização decorrentes do término da Autorização para Geração e Comercialização;
- ii) A totalidade dos direitos e créditos de que os Acionistas sejam titulares com relação aos Contratos de Empréstimos Subordinados;
- iii) Os direitos da Devedora sobre todas as Propriedades Intelectuais necessárias para o Projeto, de que venha a ser, a qualquer tempo, titular;
- iv) Todos os instrumentos, certificados, cartas de crédito, cartas de fiança e documentos de cobrança que evidenciem, representem, assegurem ou, por qualquer forma, garantam o pagamento de quaisquer Direitos Creditórios, que deles decorram ou a eles sejam relativos, incluindo, sem qualquer limitação, notas promissórias, faturas, duplicatas, letras de câmbio, títulos de crédito e contratos de câmbio; e
- v) Todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Devedora e da Eneva, em decorrência das Contas do Projeto, com exceção da Conta Local da Devedora, inclusive, sem limitação, todos os direitos de crédito da Devedora ou, conforme o caso, de Eneva, em virtude dos valores depositados nas Contas do Projeto, bem como investimentos feitos com valores ali depositados e ganhos e rendimentos deles oriundos, e respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos.

Adicionalmente ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos, a Companhia constituiu as seguintes garantias:

- i. Hipoteca
- ii. Penhor de Ações
- iii. Cessão Condicional de Direitos e Contratos
- iv. Alienação Fiduciária de Ativos e Equipamentos
- v. Notas Promissórias
- vi. Constituição de Conta Reserva do Serviço da Dívida

Os financiamentos do BNDES e do BID possuem cláusulas restritivas (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2014 todas as cláusulas foram integralmente atendidas.

**17.4. Mutação dos empréstimos e financiamentos no período:**

	Valor líquido e m 31/12/2013	Ingressos	Pagamentos	Juros provisio- nados	Transfe- rências para curto prazo	Amorti- zação	Variação monetária e cambial	Valor líquido e m 31/12/2014
<b>Circulante</b>								
Empréstimos e Financiamentos								
Principal	165.377	-	(166.456)	-	323.101	-	(145.566)	176.456
Juros	7.764	-	(133.550)	132.690	-	-	783	7.687
(-) Custo de Transação	(4.961)	-	-	-	(4.607)	4.961	-	(4.607)
Swaps	5.559	-	-	(69.007)	17.272	18.461	-	(27.715)
	<u>173.739</u>	<u>-</u>	<u>(300.006)</u>	<u>63.683</u>	<u>335.766</u>	<u>23.422</u>	<u>(144.783)</u>	<u>151.821</u>
<b>Não circulante</b>								
Empréstimos e Financiamentos								
Principal	2.000.816	-	-	-	(323.101)	-	232.106	1.909.821
(-) Custo de Transação	(26.067)	-	-	-	4.607	-	-	(21.460)
Swaps	59.323	-	-	51.396	(17.272)	-	-	93.447
	<u>2.034.072</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.396</u>	<u>(335.766)</u>	<u>-</u>	<u>232.106</u>	<u>1.981.808</u>
	<u>2.207.811</u>	<u>-</u>	<u>(300.006)</u>	<u>115.079</u>	<u>-</u>	<u>23.422</u>	<u>87.323</u>	<u>2.133.629</u>

**18. Encargos regulamentares e setoriais**

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Amortização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2014
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.547	11.537	474	(6.466)	-	9.092
Total	<u>3.547</u>	<u>11.537</u>	<u>474</u>	<u>(6.466)</u>	<u>-</u>	<u>9.092</u>
Circulante	<u>3.547</u>	-	-	-	-	<u>9.092</u>
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Total	<u>3.547</u>	-	-	-	-	<u>9.092</u>

**18.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D**

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

**19. Obrigações estimadas com pessoal**

	31/12/2014	31/12/2013
Folha de pagamento	6.135	6.118
PIS / COFINS	-	-
IRRF	819	515
INSS e FGTS	1.104	684
Total	<u>8.058</u>	<u>7.317</u>

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

**20. Provisões**

As Provisões são reconhecidas nas Demonstrações financeiras em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisões trabalhistas	106	11	-	-
Licenças ambientais	2.767	3.677	-	-
Desmantelamento	-	-	4.941	4.533
Total	<u>2.873</u>	<u>3.688</u>	<u>4.941</u>	<u>4.533</u>

**20.1. Provisões trabalhistas****20.1.1. Risco de perda provável**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

**20.1.2 Risco de perda possível em ações cíveis, trabalhistas e administrativas**

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo			
			Depósito Judicial (Nota 11)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	4.324	1.940	-	-
Cíveis	2.612	3.236	320	298
Administrativas	<u>72.227</u>	<u>53.203</u>	-	-
Total	<u>79.163</u>	<u>58.379</u>	<u>320</u>	<u>298</u>

Do montante de R\$ 72.227 (R\$ 53.203 em 31 de dezembro de 2013) das ações administrativas, destaca-se o Auto de Infração nº 10380.720416/2014-88 lavrado pela Receita Federal do Brasil após a conclusão do Mandado de Procedimento Fiscal nº 0310100.2013.00073, com valor de crédito tributário apurado pela fiscalização de R\$ 54.644. A Companhia submeteu o documento a avaliação dos consultores jurídicos externos, que em uma avaliação inicial julgaram o risco de perda como possível com baixo risco de perda. Também destaca-se o Auto de Infração nº 703599 lavrado pelo IBAMA, sob a alegativa de que houve suposta infração do artigo 61 do Decreto 6.514/08, item II da Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990, qual seja, causar poluição sonora através do sistema de transporte de esteira de carvão em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana. O valor do auto apurado pela fiscalização é de R\$ 15.050.

## 20.2 Licenças Ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil das instalações e equipamentos. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

O montante de R\$2.767 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.677 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão foi reconhecido pela melhor estimativa e a atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

## 20.3 Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

## 21. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores do tipo Contribuição Definida e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição Definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

### 21.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida

A partir do dia 1º de setembro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 667, a Companhia passou a patrocinar à EnerPrev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade “Contribuição Definida”, e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A.. A implantação foi realizada em janeiro de 2011.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$ 348 (R\$ 151 em 2013).

Esse plano tem a adesão de 60 colaboradores.

## 22 Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2014		Capital Social
	Quantidade de ações	% Participação	
Acionistas			
EDP Energias do Brasil S.A	943.436.131	50%	943.436
MPX Energia S.A.	<u>943.436.131</u>	<u>50%</u>	<u>943.436</u>
	<u>1.886.872.262</u>	<u>100%</u>	<u>1.886.872</u>

### 22.2. Reservas de Lucros

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de lucros		
Reserva legal	3.566	3.566
Retenção de lucros	<u>67.746</u>	<u>67.746</u>
Total	<u>71.312</u>	<u>71.312</u>

As reservas de lucros foram constituídas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 de acordo com as práticas abaixo:

#### 22.2.1 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída uma reserva legal de R\$3.566 para data-base de 31 de dezembro de 2009 tendo em vista o lucro do exercício em função da variação cambial positiva do empréstimo-ponte.

#### 22.2.2 Reserva de retenção de lucros

A Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de março de 2009, aprovou a proposta apresentada pela Diretoria para a constituição da reserva de retenção de lucros denominada Reserva de Investimentos, no valor de R\$ 67.746, tendo em vista a origem do mesmo ter sido basicamente uma mudança de critério contábil (hedge accounting) e não propriamente um ganho financeiro.

#### 22.3 Outros resultados abrangentes

Representados pelas alterações no valor justo dos instrumentos derivativos de proteção designados como hedges de fluxo de caixa e impostos incidentes. São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta específica de ajuste de avaliação patrimonial, conforme Nota Explicativa nº2.2. Em 2013, conforme a política de hedge da companhia, durante os testes de efetividade executados periodicamente verificou-se que, a partir de abril de 2013 para o Swap Tranche B e a partir de julho de 2013 para o Swap Tranche A, os hedges tornaram-se inefetivos devido ao comportamento das curvas futuras de mercado, sendo os efeitos destas operações registrados no resultado a partir das respectivas datas (nota 27.2).

#### 22.4 Dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

O estatuto da Companhia dispõe que o dividendo é obrigatório e não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, incisos I, II e III deste artigo.

A Companhia não distribuiu dividendos nos exercícios de 2014 e 2013 em razão dos prejuízos apurados.

### 23 Receita operacional líquida

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita de geração de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente ou quando é disponibilizada conforme previsões contratuais.

(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

(iii) O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com os contratos de disponibilidade.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	MWh (Não auditado)		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Suprimento				
Suprimento de Energia elétrica	9.195.029	6.683.729	1.017.710	716.250
Energia de curto prazo	413.012	78.075	278.654	16.978
Comercialização	-	1.033.381	-	372.544
Total Suprimento	<u>9.608.041</u>	<u>7.795.185</u>	<u>1.296.364</u>	<u>1.105.772</u>
Outras receitas operacionais			-	20
Sub-total			<u>1.296.364</u>	<u>1.105.792</u>
(-) Deduções à receita operacional				
P&D			(11.537)	(6.399)
PIS/COFINS			(119.914)	(102.286)
ICMS			(11.241)	(12.732)
Receita operacional líquida			<u>1.153.672</u>	<u>984.375</u>

### 24. Gastos operacionais

	Exercícios findos em 31 de dezembro						
	2014			2013			
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	253.578	-	-	-	-	253.578	398.624
Encargos de uso da rede elétrica	58.672	-	-	-	-	58.672	54.117
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	1.719	1.719	-
Custo da matéria prima consumida	-	397.851	-	-	-	397.851	290.341
Ressarcimento por indisponibilidade (Nota 16)	-	232.733	-	-	-	232.733	244.731
	<u>312.250</u>	<u>630.584</u>	-	-	1.719	<u>944.553</u>	<u>987.813</u>
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	-	32.420	-	8.241	-	40.661	31.765
Material	-	22.525	-	70	-	22.595	12.502
Serviços de terceiros	-	87.322	-	9.443	-	96.765	42.093
Depreciação	-	136.525	-	91	-	136.616	116.107
Amortização	-	144	-	48	-	192	165
Aluguéis e arrendamentos	-	7.948	-	305	-	8.253	3.346
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	-	-	-	-	-	22
Outras	-	(5.615)	-	476	-	(5.139)	12.361
	-	<u>281.269</u>	-	<u>18.674</u>	-	<u>299.943</u>	<u>218.361</u>
Total	<u>312.250</u>	<u>911.853</u>	-	<u>18.674</u>	<u>1.719</u>	<u>1.244.496</u>	<u>1.206.174</u>

### 25. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.472	1.797
Atualização monetária reembolso ressarcimento por indisponibilidade	16.942	-
Outras receitas financeiras	1.094	1.081
	<u>27.508</u>	<u>2.878</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(137.420)	(146.158)
Variações monetárias moeda nacional	(1.564)	-
Variações monetárias moeda estrangeira	(85.828)	(98.681)
Operações de swap e hedge - MTM e Hedge Accounting	(22.622)	78.137
Operações de swap e hedge - Liquidação	128	(34.332)
Atualização monetária contratos de mútuo	(38.088)	(26.058)
(-) Juros capitalizados	-	27.675
Outras despesas financeiras	(23.483)	(9.453)
	<u>(308.877)</u>	<u>(208.870)</u>
Total	<u>(281.369)</u>	<u>(205.992)</u>

### 26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(372.193)	(427.791)	(372.193)	(427.791)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	93.048	106.948	33.497	38.501
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Despesas Indedutíveis	6.911	-	2.487	-
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>99.959</u>	<u>106.948</u>	<u>35.984</u>	<u>38.501</u>

**27. Gestão de riscos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo, acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação, a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essas políticas determinam, também, que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

**· Ativos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**· Valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**· Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**· Disponíveis para venda**

São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

**· Outros ao custo amortizado**

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

**27.1. Valor justo**

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável e, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para a apuração de valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações, seguindo as regras contratuais, e utilizando como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Partes relacionadas, Cauções e depósitos vinculados, Outros créditos, Fornecedores e Outras contas a pagar.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual, buscando no mercado operações similares as contratadas e observado os créditos para a comparabilidade, que foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento

Ativos financeiros	Nota	Categoria	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	33.382	25.588	33.382	25.588
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	118.308	20.373	118.308	20.373
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	206.565	104.080	206.565	104.080
Cauções e depósitos vinculados	11	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	-	298	-	298
Derivativos	17	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	65.392	-	65.392	-
Outros créditos	14	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	14.305	22.328	14.305	22.328
<b>Não circulante</b>							
Cauções e depósitos vinculados	11	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	320	-	320	-
				<u>438.272</u>	<u>172.667</u>	<u>438.272</u>	<u>172.667</u>

**Passivos financeiros****Circulante**

Fornecedores	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	212.843	137.769	212.843	137.769
Partes relacionadas	8	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	112.741	-	112.741
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	Outros ao custo amortizado	Nível 2	187.816	171.624	179.536	168.179
Derivativos	17	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	19.013	5.560	19.013	5.560
Ressarcimento por indisponibilidade	16	Outros ao custo amortizado	Nível 2	222.023	70.591	222.023	70.591
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	17	Outros ao custo amortizado	Nível 2	1.946.972	2.012.875	1.888.361	1.974.750
Derivativos	17	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	93.446	59.322	93.446	59.322
Partes relacionadas	8	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	817.288	449.330	817.288	449.330
Ressarcimento por indisponibilidade	16	Outros ao custo amortizado	Nível 2	158.267	-	-	-
				<b>3.657.668</b>	<b>3.019.812</b>	<b>3.432.510</b>	<b>2.978.242</b>

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

**27.2. Contabilidade de hedge (hedge accounting)**

A Companhia passou a qualificar desde 2008 determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge*;
- v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

**• Cobertura de fluxos de caixa**

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado.

Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

**• Efetividade**

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura em cada data de balanço e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

**• Desreconhecimento**

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação, a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) os contratos de financiamentos de longo prazo, conforme Nota Explicativa nº17. Com vista ao financiamento do Capex no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes de referidos contratos.

Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros, e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, houve a contratação de instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Companhia adotou metodologia de contabilização de hedge tendo como item objeto de hedge a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma NDF com vencimento até novembro de 2015, com valor nocional de US\$ 278,8 milhões.

Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação cambial do instrumento derivativo de proteção designado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em conta de ajuste de avaliação patrimonial, sempre que o hedge for considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a variação cambial é a parcela inefetiva, e por consequência, é reconhecida no resultado.

Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de US\$ 260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o Ajuste a Valor Presente (AVP) com base nos US\$ 67 milhões ainda não desembolsados pelo BID (antes desta liberação, o Ajuste a Valor Presente foi calculado com base nos US\$ 169 milhões de exposição referentes à diferença entre o derivativo contratado de US\$ 327 milhões e o empréstimo-ponte de US\$ 158 milhões). Em 31 de agosto de 2010, houve a liberação de US\$ 50 milhões referente a segunda parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o Ajuste a Valor



Presente com base nos US\$ 17 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID. Em 4 de fevereiro de 2011, houve liberação de US\$ 9 milhões referente a terceira parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o Ajuste a Valor Presente com base nos US\$ 7 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID.

Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting* tendo como item objeto de hedge a taxa libor dos juros para o período de amortização referente o financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo float/fixed do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro/2012 e outubro/2024, cujos valores nominais referem-se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.

Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (marked-to-market), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa libor é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Em 2013, conforme a política de hedge da companhia, durante os testes de efetividade executados periodicamente verificou-se que, a partir de abril de 2013 para o Swap Tranche B e a partir de julho de 2013 para o Swap Tranche A, os hedges tornaram-se inefetivos devido ao comportamento das curvas futuras de mercado, sendo os efeitos destas operações registrados no resultado a partir das respectivas datas.

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de hedge accounting nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
<b>Derivativos com propósito de proteção</b>				
Riscos cambiais	39.141	(40.809)	67.252	(45.404)
Riscos de taxas de juros	<u>(61.635)</u>	<u>(32.913)</u>	<u>(23.447)</u>	<u>(42.687)</u>
	<u>(22.494)</u>	<u>(73.722)</u>	<u>43.805</u>	<u>(88.091)</u>

Segue abaixo quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos da Companhia:

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nocional USD		Nocional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
					31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
<b>Swap</b>												
Ativo	Banco Citibank	02/04/2012	01/10/2021	Var. USD + Libor.	146.826	163.381	389.999	382.736	390.245	387.825	-	-
Passivo				Var. USD + 5,79% a.a					<u>453.568</u>	<u>455.004</u>	<u>(29.443)</u>	<u>(2.190)</u>
									<u>(63.323)</u>	<u>(67.179)</u>	<u>(29.443)</u>	<u>(2.190)</u>
Ativo	Banco Citibank	02/04/2012	01/10/2024	Var. USD + Libor	119.911	128.519	318.508	301.069	319.237	305.593	-	-
Passivo				Var. USD + 5,82% a.a.	-	-	-	-	<u>387.038</u>	<u>366.893</u>	<u>(32.192)</u>	<u>(21.257)</u>
									<u>(67.801)</u>	<u>(61.300)</u>	<u>(32.192)</u>	<u>(21.257)</u>
<b>NDF</b>												
Comprada	Banco Citibank	17/10/2007	01/10/2014	USD					-	<u>10.205</u>	<u>2.745</u>	<u>(6.929)</u>
Vendida				R\$					-	<u>10.205</u>	<u>2.745</u>	<u>(6.929)</u>
Comprada	Banco Citibank	14/11/2013	15/05/2015	USD	50.000	100.000	132.810	234.260	<u>16.758</u>	<u>11.121</u>	<u>5.637</u>	<u>26.329</u>
Vendida				R\$					<u>16.758</u>	<u>11.121</u>	<u>5.637</u>	<u>26.329</u>
Comprada	Banco Citibank	13/11/2014	16/11/2015	USD	45.000	-	119.529	-	<u>1.722</u>	-	<u>1.722</u>	-
Vendida				R\$					<u>1.722</u>	-	<u>1.722</u>	-
Comprada	Banco	14/11/2012	14/11/2014	USD	-	54.350	-	127.320	-	<u>11.040</u>	<u>356</u>	<u>11.795</u>
Vendida				R\$					-	<u>11.040</u>	<u>356</u>	<u>11.795</u>
Comprada	Goldman Sachs	13/11/2014	13/11/2015	USD	89.105	-	236.681	-	<u>15.358</u>	-	<u>15.358</u>	-
Vendida				R\$					<u>15.358</u>	-	<u>15.358</u>	-
Comprada	BTG Pactual	14/11/2013	15/05/2015	USD	94.783	144.783	251.763	339.169	<u>31.554</u>	<u>31.231</u>	<u>13.323</u>	<u>36.057</u>
Vendida				R\$					<u>31.554</u>	<u>31.231</u>	<u>13.323</u>	<u>36.057</u>
									<u>(65.732)</u>	<u>(64.882)</u>	<u>(22.494)</u>	<u>43.805</u>

**27.3. Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores, e portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 17, possuem como contraparte o BNDES e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, ao CDI, ao Dólar e a Libor.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que, se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente para a Companhia o Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos de swaps com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**27.3.1. Análise de sensibilidade**

No quadro a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável sendo o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, e respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com as melhores práticas adotadas no Brasil, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável							
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima 5 anos	Cenário(I) Provável	Cenário(II) Aumento do risco em 25%	Cenário(III) Aumento do risco em 50%	Cenário(IV) Redução do risco em 25%	Cenário(V) Redução do risco em 50%
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(106.217)	(330.208)	(208.488)	(644.913)	(161.228)	(322.456)	161.228	322.456
Empréstimos e financiamentos - BID	US\$	-	-	-	-	(224.974)	(449.948)	224.974	449.948
Empréstimos e financiamentos - BID	Libor - 6M	(26.356)	(87.498)	(49.515)	(163.369)	(40.842)	(81.685)	40.842	81.685
					<b>(808.282)</b>	<b>(427.044)</b>	<b>(854.089)</b>	<b>427.044</b>	<b>854.089</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>									
NDF	US\$	65.392			65.392	16.348	32.696	(16.348)	(32.696)
Swap	Libor - 6M	(37.677)	(75.385)	(18.061)	(131.123)	(32.781)	(65.562)	32.781	65.562
					<b>(65.731)</b>	<b>(16.433)</b>	<b>(32.866)</b>	<b>16.433</b>	<b>32.866</b>

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: Libor - 6 Meses entre 0,33% a.a. e 4,03% a.a. , TJLP de 5,50% e dólar ao câmbio futuro entre R\$ 2,66 e R\$ 3,98.

**27.4. Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 11). A Companhia, em 31 de dezembro de 2014 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os passivos financeiros possuem vencimentos de curto e longo prazo, os quais incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 158.751. A Companhia entende que a geração de caixa da operação será suficiente para equalizar o capital circulante líquido.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores	212.843	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	289.959	286.618	834.448	1.378.518
Instrumentos financeiros derivativos	(27.715)	29.001	46.385	18.061
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	137.769	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	266.129	520.075	757.512	1.292.039
Instrumentos financeiros derivativos	5.559	24.438	29.249	5.726

**27.5. Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, dessa forma os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**28. Compromissos contratuais e Garantias****28.1. Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras da Companhia), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014				31/12/2013	
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total	Total
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	124.512	310.591	150.812	172.357	758.272	854.195
Responsabilidades com locações operacionais	725	1.060	451	4.972	7.208	11.030
Obrigações de compra	407.265	78.409	30.617	35.398	551.689	804.251
	<u>532.502</u>	<u>390.060</u>	<u>181.880</u>	<u>212.727</u>	<u>1.317.169</u>	<u>1.669.476</u>

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

**28.2. Garantias****Tipo de garantia oferecida**

	31/12/2014	31/12/2013
Depósito Cauconado (Nota 11)	60.867	56.065
Fiança Bancária	60.547	67.000
Notas Promissórias	2.137.199	2.203.354
Penhor de Ações	1.886.872	1.886.872
	<u>4.145.485</u>	<u>4.213.291</u>

**Depósito Cauconado:** É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento.

O saldo do Depósito cauconado, em sua totalidade, refere-se a garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

**Fiança Bancária:** É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

**Notas Promissórias:** é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro. O saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**Penhor de ações:** É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

**29. Gestão de Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2014, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2013, foi a de manter o índice de alavancagem financeira em no máximo 75%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

	2014	2013
Total dos empréstimos (Nota 17)	2.133.628	2.207.811
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	151.690	45.961
Dívida líquida	<u>1.981.938</u>	<u>2.161.850</u>
Total do patrimônio líquido	938.599	1.160.480
Total do capital	<u>2.920.537</u>	<u>3.322.330</u>
Índice de alavancagem financeira - %	68%	65%

**30 Seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2014
Risco Operacional	5.125.219
Responsabilidade civil	113.500

**31 Eventos subsequentes****31.1 Aneel aprova pleito da UTE Pecém I para cálculo do ressarcimento de energia**

Em 10 de fevereiro de 2015, a ANEEL proferiu decisão favorável ao pedido de reconsideração do cálculo de ressarcimento por indisponibilidade decorrente da energia não gerada pela UTE Porto do Pecém I. O cálculo considerava o Fator de Indisponibilidade - FID com base na capacidade instalada de 720 MW. Com a decisão, o FID será recalculado a partir da potência de 700 MW, consignada nos CCEARs. O recálculo será retroativo desde a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora (UG01) em dezembro de 2012 e da segunda unidade geradora (UG02) em maio de 2013.

O valor do FID com potência de 700MW será calculado pelo ONS. Na sequência, o cálculo será utilizado pela CCEE para encontrar o ressarcimento pago a maior e, posteriormente, passará por validação da ANEEL.

**31.2 Liberação de conta reserva junto ao BNDES - controlada em conjunto Porto do Pecém**

Em 13 de fevereiro de 2015, foi autorizado pelo BNDES, relativo ao contrato de financiamento da Porto do Pecém: (i) a utilização de recursos atualmente disponíveis na "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", exclusivamente para pagamento das parcelas do referido contrato de financiamento, com vencimento em 15 de fevereiro, março e abril de 2015; e (ii) a prorrogação, para 15 de fevereiro de 2016, do prazo para a constituição da "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", com recursos suficientes para pagamento de 6 meses de serviço da dívida do BNDES, nos termos do referido contrato de financiamento, condicionada à apresentação de carta de fiança bancária, apresentada nesta data, no valor de R\$120.369 com validade mínima até 30 de abril de 2016.

**31.3 Aprovação pelo CADE da aquisição pela EDP - Energias do Brasil S.A. da totalidade da participação da Eneva S.A.**

Em 19 de fevereiro de 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou, sem restrições, a aquisição pela EDP - Energias do Brasil S.A. de 50% do capital total e votante da Companhia detidos pela Eneva S.A. (nota 3.3), conforme despacho publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de fevereiro de 2015. Adicionalmente, a conclusão da transação está sujeita a aprovação prévia pelos bancos financiadores do projeto BNDES, BID, e outras medidas de natureza societária e contratual necessárias a eficácia da transferência do capital acima mencionado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
Pedro Akos Litsek Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Diretor Presidente
Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	João Guilherme Calvao Moraes Diretor Financeiro
Alexandre Americano Holanda e Silva Conselheiro	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor de Operação
Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Leonardo Nery dos Santos Gerente de Controladoria
Ricardo Levy Conselheiro	<b>CONTADORA</b>
Dino Rogerio Padilha Conselheiro	Francisca Monica dos Santos Gomes CRC nº 10182/O-0 Contadora

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Quotistas  
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Porto do Pecém Geração de Energia S.A.****Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 27 de fevereiro de 2015

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "S" CE

José Vital Pessoa Monteiro Filho  
Contador CRC 1PE016700/O-0 "S" CE